



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” NO BAIRRO JOCKEY CLUB EM SÃO GONÇALO (RJ)

Priscila Silva Leite¹

Resumo: O Programa “Minha Casa, Minha Vida” enquanto parte da tão recente política habitacional brasileira, visava à redução de uma das marcas de nossa sociedade – o déficit habitacional. Esta pesquisa tem como questão central compreender como se dá a implementação dessa política no Jockey Club, em São Gonçalo (RJ), como parte da dinâmica capitalista, dialogando com as particularidades de um bairro periférico, além de discutir as consequências da política habitacional que reforça a segregação socioterritorial sem a qualidade e a estrutura, tratando moradia enquanto mercadoria. Tendo todo o processo da política habitacional analisada a partir do processo de desenvolvimento urbano e da lógica capitalista de organização das cidades e tomando o Estado como um dos principais agentes. Serão observadas as transformações que ocorrem para além do espaço físico, onde ocorre a inserção do Programa, mas que influenciam na forma dos moradores de perceberem o seu local de convivência. Há a redução do déficit habitacional, entretanto as desigualdades que conformam a sociedade brasileira e que cercam a questão habitacional se mantêm intocadas.

Palavras-chave: Capitalismo. Globalização. Estado. Habitação. São Gonçalo.

Abstract: The “Minha Casa, Minha Vida” Program, as part of the recent Brazilian Housing Policy, was aimed at reducing one of the marks of our society - the housing deficit. This research has as central question to understand how the implementation of this policy in the Jockey Club, in São Gonçalo (RJ), as part of the capitalist dynamics, dialoguing with the peculiarities of a peripheral neighborhood. The consequences of the housing policy that reinforces the socio-territorial segregation, without quality and structure treating housing as a commodity. The whole process of the studied housing policy was analyzed from the process of urban development and from the capitalist logic of city organization, with the State as one of the main agents. Transformations that occur beyond the physical space where the Program insertion takes place, but which influence the way the residents perceive their place of coexistence. There is a reduction of the housing deficit, however the inequalities that conform Brazilian society and that surround the housing issue remain untouched.

Keywords: Capitalism. Globalization. State. Housing Policy. São Gonçalo.

APRESENTAÇÃO

O artigo que, por hora, segue para a apreciação e publicação para o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que comemora no corrente ano de 2019 os 40 anos do “Congresso da Virada”, é a síntese do resultado da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso da minha graduação em Serviço Social, apresentado em 2017.

O mesmo tem como grande área de pesquisa a questão urbana, compreendendo como o eixo central de pesquisa a questão da política de habitação, que teve o seu auge através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – e que foi tão cara aos governos anteriores: iniciado durante a presidência de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011).

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense. E-mail: sl.priscilaleite@gmail.com.

O trabalho se caracteriza por *ver o outro lado* da implementação desta política de habitação em Jockey Club² – bairro de periferia no município de São Gonçalo, localizado no estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que se mostrou como forma de combate ao déficit habitacional – que se segue por anos na realidade brasileira – e acesso das camadas populares à moradia, despontou também, sobretudo, como uma ótima saída à crise econômica que se instaurou mundialmente a partir de 2008³.

Nesse sentido, indaga-se a que custo esses empreendimentos foram instalados no bairro e quais foram a sua repercussão e as suas consequências para os antigos moradores; não foram descartadas as opiniões dos novos moradores, que buscaram o empreendimento por motivos vários – inclusive por transferência de localidade, devido a calamidades públicas.

Esta produção acadêmica foi realizada com vistas a analisar a realidade local, valorizando o estudo sobre o capitalismo e a sua forma de produzir mercadorias e sociabilidades, o uso do Estado enquanto seu mediador – e aqui particularizando o estudo sobre o Rio de Janeiro – para que, finalmente, pudesse ser compreendido o que ocorria na cidade de São Gonçalo e no bairro que foi objeto de pesquisa. Para tanto, houve pesquisa teórica e busca de campo (fazendo uso de entrevistas).

Todo esse percurso foi em busca da compreensão do uso de determinada política pública – que é a habitação – por parte do Estado, como forma de sustentar a economia e fazer com que o capital continuasse a valorizar-se, sem dar conta das consequências que tal fato pode gerar no espaço urbano e/ou em determinado território.

1. O Modo Capitalista de produzir: a produção de mercadorias e de sociabilidades.

A maneira como a sociedade se organiza tem raízes no avançar das forças produtivas e, conseqüentemente, na forma de os homens se relacionarem. O capitalismo é constituído como o modo de produção que tem por finalidade a valorização do capital através das mercadorias produzidas. Entretanto, a produção de mercadorias não implica necessariamente no capitalismo, ela é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que,

² Pouco ou quase nenhum registro existe sobre os bairros do município de São Gonçalo. O pouco conseguido para esta pesquisa foi através de entrevistas realizadas junto aos moradores, sobretudo os antigos. Sobre o município de São Gonçalo, os dados foram obtidos, principalmente, através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – segundo o qual, esse município ocupava o segundo lugar entre os mais populosos, atingindo a marca de pouco mais de um milhão de habitantes, somente ficando atrás do município do Rio de Janeiro – e o da prefeitura municipal. Segundo referido em entrevista, o bairro tem este nome pelo fato de, antigamente, ocorrer no grande campo que havia (conhecido como campo do Eucalipto) corridas de cavalo e, posteriormente, campeonatos locais de futebol. Esse foi o motivo que levou muitas pessoas a se mudarem para lá. A justificativa para este estudo consiste no fato de a autora ser moradora do bairro.

³ Cf. CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação De Interesse Social: Política Ou Mercado? Reflexos Sobre a Construção do Espaço Metropolitano. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR em Maio de 2011. Rio de Janeiro.

por meio das suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer (Sweezy, 1973; Marx, 2013).

As mercadorias, nesse modo de produção, apresentam duas faces: a de seu valor de uso e de troca e a do seu escoamento, que garantirá a *vida* do capitalismo. Contudo, não apenas os objetos palpáveis são passíveis de troca, incluem-se também os serviços, relacionamentos e afetos.

Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais esse se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas – tudo é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos.

Entende-se, por isso, que o capitalismo é constituído não apenas como uma forma de produção de mercadorias, mas, antes de tudo, como uma forma de relação social. O mesmo é um produto histórico e naturalizado. A diferença específica desse com o seu antecessor (regime feudal) está na compra e venda da capacidade do trabalho⁴ –tornada uma mercadoria (SWEETZY,1973).

É dentro desse sistema que, dependendo da mercadoria que o indivíduo possuir – seja a força de trabalho ou os meios para comprá-la – há de se estabelecer o seu lugar nessa sociedade e como se relacionará com o outro⁵. Se há mudanças no desenvolver das formas de produção e dos meios necessários para a sua realização, assim o é na forma dessas relações. Portanto, “o processo capitalista de produção expressa [...], uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.36).

Compreendendo que o “capital é o valor que busca valorizar-se” (MARX, 2013), é necessário que a mais-valia adquirida pelo capitalista, através da exploração da força de trabalho, seja novamente utilizada para fins de produção de mais dinheiro. O reinvestimento da mais-valia é chamado acumulação de capital.

A produção capitalista precisa, de alguma forma, garantir a sua continuidade. A finalidade é obter maior lucratividade, mesmo que isso implique em mudanças na sua

⁴ O indivíduo social, agora *trabalhador livre*, torna-se mercadoria útil para o capitalista, pois será através do seu trabalho vivo em encontro como o maquinário (trabalho morto) que este último se valorizará – que é o processo de produção. Em troca dessa venda, receberá do capitalista o necessário para a sua subsistência e sua reprodução. Marx, no capítulo 24 de **O capital**, explica o duplo sentido desta liberdade: “[...] nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhe pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão livres e desvinculados desses meios de produção” (p. 961).

⁵ Em troca da venda de sua capacidade de trabalho, o trabalhador recebe o correspondente à sua subsistência e reprodução. Iamamoto e Carvalho (2013, p.55) explicam que a forma “salário” nada mais é do que o fruto do próprio trabalhador que lhe é devolvido após garantir um tempo de trabalho ao capitalista, e que essa forma encobre a divisão que há na jornada de trabalho: do trabalho socialmente necessário (este que é pago pelo capitalista ao trabalhador) e do trabalho excedente (que é apropriado pelo capitalista e do qual tira a sua mais-valia).

relação com o trabalhador – seja através da intensificação do trabalho ou do investimento em novas tecnologias – reforçando assim a base do sistema capitalista, que é a exploração do trabalho.

Mudanças econômicas exigem mudanças políticas. Conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (2013, p.54), “a continuidade do processo de produção capitalista é um processo de produção e reprodução das classes sociais”, ao mesmo tempo em que são produzidos bens materiais, é reproduzida também a base da exploração – os meios e os instrumentos utilizados pelos trabalhadores continuam alheios a eles.

Se houver alguma perturbação no processo produtivo que possa implicar em uma redução significativa na acumulação capitalista, pode desencadear em crises⁶. Netto e Braz (2010) trazem dois pontos que podem suscitar tal fato: a superacumulação por parte dos capitalistas não havendo a possibilidade de investir o que foi acumulado ou quando o investimento do capitalista é insuficiente para a garantia da sua reprodução.

Se o que foi produzido não retorna ao capitalista para que esse garanta as suas condições de produção e reprodução da base do capital, é preciso procurar outras formas de manter a “ordem”. O capitalismo é fundado na propriedade privada, não existe sem a acumulação e, para tanto, tem que se reproduzir e se reinventar constantemente. Contudo, não é um sistema econômico perfeito, pois não existe sem as crises. A fim de conservar o fator econômico, interfere nos âmbitos social, cultural e ideológico.

As crises no sistema capitalista não são um fenômeno novo. Harvey (2008, p.170) aponta que as crises do capital trazem em si a tendência da superacumulação, caracterizada por “capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro [...] e grande desemprego”. Ele ainda afirma que a tendência de superacumulação “trata-se de um interminável e eterno problema de todo o sistema capitalista”.

Por este motivo, precisam ser ao menos contidas, para que, nas palavras de Harvey (2008, p.170): “a ordem social não se transforme em um caos”. A classe capitalista necessita dar solução para o que superacumulou, procurando maneiras de escoar os seus excedentes, controlar a sociedade através de consenso para que o novo seja aceito e, para então, expandir-se, bem como forma de regulação. Para uma nova forma de acumulação capitalista, sempre haverá uma forma de controlar a sociedade – uma forma econômica vinculada a uma forma política. Harvey (2008, p. 171) explica que

um regime particular de acumulação tem de ser visto [...] como o resultado de todo o conjunto de decisões econômicas e políticas, que de algum modo sempre são

⁶ Que passa por quatro fases, a saber: a crise: ocorrida por qualquer incidente político ou econômico; a depressão: manutenção da situação anterior, na qual empresas tentam se manter; a retomada: processo de compras de empresas menores (falidas) por maiores; o auge: estabilização do fator que ocasionou a crise (NETTO e BRAZ, 2010, p.160).

dirigidas para alcançar este ou aquele fim específico, provocadas por persistentes manifestações do problema da superacumulação.

Apontamos como exemplo as transformações ocorridas no mundo do trabalho: a transição do fordismo para o toyotismo ou a acumulação flexível⁷. Tais mudanças significaram não só a reestruturação na produção, mas a transformação significativa no papel do Estado frente às expressões que emergiam da sociedade. Mesmo que não retirado totalmente da engrenagem capitalista, suas ações de provedor social são reduzidas, passando a facilitar as ações do capital financeiro e de empresas transnacionais.

Como afirmado por Marx e Engels (2008, p.19), “quando o mercado não se basta em si mesmo, ou seja, quando ele entra em crise, a classe burguesa busca meios para sair dela, seja por meio da conquista de novos mercados ou da exploração mais intensa de mercados antigos”. Nesses novos espaços adquiridos pelo capital, através da expansão geográfica, é possibilitado a esse sistema o crescimento do comércio e do investimento do capital com o apoio dos Estados Nacionais.

2. A conformação do espaço urbano e a intervenção do Estado na política habitacional.

Assim como as classes sociais têm os seus lugares dentro da ordem capitalista, também os países e a organização do espaço urbano que, por sua vez, refletem o lugar que os indivíduos ocupam nesse modo de produção. A construção do espaço urbano tem por base a evolução do capitalismo e das suas relações, pois a “dominação dos espaços e dos meios de produção pressupõe uma organização social e territorial que possibilite o desenvolvimento do processo produtivo” (FARAGE, 2012, p.36).

Portanto, o espaço urbano não pode ser concebido como algo natural, mas construído historicamente. Entender esse fato na realidade brasileira exige o esforço de observar a fundo a sua formação social e as particularidades que a circundam: um país que tem um histórico escravocrata; a condução da construção dos espaços através da urbanização, a segregação socioespacial entre as classes. Particularidades essas que tiveram o Estado como principal mediador.

Conforme Abreu (1988, p.15), “o Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controle e

⁷ Termo cunhado por Harvey em **A Condição pós-moderna**. São pontos característicos dessa nova fase do capitalismo: a expansão geográfica para regiões onde o controle da força de trabalho poderia ser maior; fusões e aquisições empresariais como requisito para sobrevivência do capital em novo contexto de crise; acesso privilegiado a informações e seu controle; e maior autonomia do sistema financeiro no qual as tarefas dos bancos são confundidas com as de outras instituições não financeiras (bancos, companhias de seguro, fundos de pensão etc.), cujos objetivos se misturam e se confundem com os do capital industrial e empresarial (HARVEY, 2008; IAMAMOTO, 2011).

mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas” e seu resultado é a segregação entre essas mesmas classes, em que há, como também citado pelo autor, a periferização⁸ da classe trabalhadora e suas frações.

A organização espacial é o que há de mais fiel ao transparecer as transformações que há no modo de produção capitalista, processos que são mais visíveis nas cidades. Conforme explica Farage (2012, p.100),

as cidades, como fruto do processo de desenvolvimento, acabam por ser a expressão mais tangível do espaço urbano, tornando-se, em alguns momentos, sinônimo do urbano. Porém vale destacar, que a cidade, apesar de ser o símbolo do processo de urbanização, não representa, de forma autônoma e independente o espaço urbano. A cidade, ao se constituir de distintos territórios, passa a evidenciar a conformação desigual do espaço urbano, que se expressa não na geografia natural dos territórios, mas em suas intervenções sociais e urbanísticas.

Os territórios, que nada mais são que o retrato da dinâmica do capital – da separação entre as classes que ele mesma provoca, da manutenção das relações sociais que o faz funcionar e do uso do espaço urbano em favor da acumulação e da reprodução dele – têm o Estado⁹ como seu principal impulsionador.

Santos (1977) mostra que o espaço não é meramente receptor das ações dos modos de produção através do tempo, mas é caracterizado também como agente ativo influenciador da vida dos sujeitos e das suas relações. É o lugar onde o “novo e o velho” se chocam, gerando novas formas-conteúdo.

Como apontado pelo autor (ibid., p.89),

o movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento da sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.

Ribeiro (2011) afirma que a forma como o urbano é moldado em favor do capital, nos “circuitos financeiros globalizados”, exige do Estado uma nova maneira de gestão dos territórios, o que resulta em uma – nas palavras do autor – **governança empreendedorista**¹⁰, ou seja, tratá-los como uma empresa. Esse tratamento do espaço urbano como mera mercadoria se torna um obstáculo ao que de fato interessa: a ampliação

⁸ Entendo periferização abrangendo desde a pouca atenção governamental até a adaptação de outros bens e serviços que são prestados à população não pertencente à classe burguesa.

⁹ O Estado moderno é visto e tido como um agente neutro, acima das relações e das disputas entre as classes sociais. Aparenta ser aquele que agirá para manter o “bem comum”, quando, factualmente, age para universalizar os interesses da classe que o permeia e domina – a mesma que domina economicamente: a capitalista. O Estado e os seus aparelhos são utilizados para manter, inclusive, a dominação política.

¹⁰ O que pode parecer ficar mais evidente nos dias atuais, mas que faz parte da população das grandes cidades. Um grande exemplo que deve ser mencionado – e que foi levado para o trabalho original – é o da cidade do Rio de Janeiro que, desde o início do século XX foi o local preferido para grandes reformas, cuja finalidade era remodelar a cidade para fins de facilitação do trânsito da capital. Ficar atraente para os novos investimentos, já que era a então capital do país. Um grande centro administrativo (e onde se localizam grandes instituições) não poderia conviver com favelas e cortiços. O pano de fundo de todas as reformas foi de higienização do centro da cidade, sendo a mais famosa a Reforma Passos (ABREU, 1988).

da democracia, dos espaços e de investimentos públicos que garantam o acesso ao espaço urbano, à cidade enquanto riqueza social¹¹.

E é esta face empreendedorista que influencia o Programa Minha Casa, Minha Vida¹², ocasionando, em determinados territórios, a periferação das famílias. Apesar de ser voltado para a população mais pobre¹³, o pano de fundo da política consistia em manter a economia aquecida.

O PMCMV ultrapassa os limites de ser simplesmente um programa integrante da política habitacional partindo de uma proposta de empresários da área da construção civil que tinham o interesse em manter aquecido o setor e, para tanto, propuseram a facilitação para a construção de moradias para famílias de baixa e média renda (CARDOSO et.al, 2015). O Programa passava a exigir volume e agilidade nas suas construções, apontam os autores que

o setor privado passa, então, a ser o principal agente promotor da política, cabendo às empresas construtoras e incorporadoras a iniciativa de produzir, assim como o direito de tomar decisões referentes à escolha dos terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidade dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado (ibid., p.74).

Frente à autonomia das empresas privadas – no que tange às construções – aos municípios restaram outros papéis: além de entregarem os seus terrenos para a construção, ficaram responsáveis por “aprovar, em suas instâncias administrativas, os projetos dos empreendimentos, de modificar as respectivas legislações urbanísticas frente às demandas geradas pelo Programa, além de selecionar os beneficiários no caso dos empreendimentos destinados à Faixa 1” (CARDOSO et.al, 2015, p.74).

¹¹ Segundo Ribeiro (2011), a cidade tem que ser vista como riqueza social e socialmente partilhada.

¹² O Programa Minha Casa, Minha Vida, não é a primeira ação movida pelo Estado para a política de habitação, mas foi a primeira que durou mais tempo após a instituição do Estatuto das Cidades. A habitação nem sempre foi um foco primordial do Estado e o alvo de políticas públicas para os mais pobres, sobretudo no início do século XX; na década de 1960, torna-se política pública através do Banco Nacional de Habitação (BNH), entretanto, centralizada em um Estado autoritário, o que acabou por gerar mais segregação e diferenciação entre as classes; entre as décadas de 1980 e 1990 a realidade foi de instabilidade nessa política, sendo as documentações e exigências referentes à mesma legalizadas somente após o governo Lula, a partir de 2001.

¹³ O PMCMV é dividido em fases: a primeira foi de abril de 2009 a junho de 2011 e a segunda de junho de 2011 a dezembro de 2015. As famílias são abarcadas e atendidas de acordo com a sua faixa salarial, todas foram executadas sem excluir a população considerada de baixa renda (que abrange pessoas que recebem de 0 a 3 salários mínimos). Em todas essas fases ocorreram mudanças significativas, com relação à quantidade de casas construídas, à questão da acessibilidade e dos limites das faixas de renda. Para a Faixa 1, que é para as famílias de 0 a 3 salários mínimos, o subsídio por parte do Estado é quase integral e o acesso à casa é assegurado pelo Fundo Garantidor. Para a construção são utilizados recursos do Financiamento de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) (em caso de entidades, associações e cooperativas, desde que ligadas ao Ministério das Cidades). Nas demais Faixas salariais 2 e 3, o imóvel é financiado com recursos do FGTS que, ao retornar, cobra juros e o subsídio para aquisição do imóvel por essas famílias é um pouco mais limitado (AMORE, 2013).

3. O programa Minha Casa Minha Vida no município de São Gonçalo: as contradições entre a garantia de um direito e a limitação de outros.

O Programa, ao ser implementado no município de São Gonçalo, somou-se a outras questões que já existiam. Atualmente, o que predomina na cidade de São Gonçalo é o setor de serviços, mas sua origem é rural. Consiste em uma cidade em que foi crescendo sob os reflexos do que acontecia nas cidades vizinhas, como Rio de Janeiro e Niterói.

Algumas obras são situadas na “Orla Oriental” da baía de Guanabara. Apesar do domínio, no passado, de indústrias e do fornecimento mão-de-obra para trabalhar nas mesmas e nas cidades vizinhas, o ritmo da urbanização não seguia a mesma velocidade (MENDONÇA).

A hierarquização frente às outras cidades se dá desde sua formação. Por sua posição geográfica estratégica, foi conhecida como “Estrada Geral”, por facilitar o fluxo a outras cidades que não eram administrativas¹⁴. A elaboração de alguns bairros não se deu através da intervenção direta do Estado, como foi na então capital (Rio de Janeiro). No caso de São Gonçalo, “tal urbanização é feita em grande parte em função dos que trabalham no Rio e em Niterói, e em parte, por iniciativa de empresas e institutos governamentais” (GEIGER, 1956, p.61).

Com a desindustrialização¹⁵ do município, outro setor que começou a entrar em voga foi o setor de serviços, mas o contorno que a cidade começou a tomar não foi de desenvolvimento e prosperidade, o que deixou um grande vazio na cidade – tanto econômico quanto literal, de espaços físicos desocupados – resultado de uma hierarquização construída entre as cidades décadas atrás. Mendonça (2007) aponta que os espaços antes ocupados pelas fábricas e indústrias não são bem aproveitados nem por esse novo setor e nem em prol da população, sendo ou não vendidos para outras empresas que inutilizam o espaço, ocupados então de forma irregular por pessoas que não têm

¹⁴ Eram cidades que não tinham função administrativa dentro da divisão geográfica da cidade, mas “cidades de lavoura”. A cidade de São Gonçalo era constituída como via mediadora principal. Todo o produto de agricultura passava por ela e abastecia as grandes cidades (GEIGER, 1956).

¹⁵ O processo de desindustrialização da cidade que teve início na década de 1960, começou com a transferência das fábricas para outros locais e foi agravado, como aponta Mendonça (2007), pela crise que resultou na reestruturação produtiva na década de 1970 (a transição para o modelo flexível de acumulação), que atingiu o Rio de Janeiro e, conseqüentemente, o município de São Gonçalo, impactando fortemente na economia local. Outros fatores afetaram a posição da cidade gonçalense na atualidade, de acordo com o autor, “o desastroso processo de ocupação do território com grandes loteamentos irregulares abertos, ainda hoje, à luz do dia, e o processo de desindustrialização tiraram do município a condição de atrair novas indústrias, mesmo se isso fosse ecologicamente viável” (ibid.,p.120).

condições financeiras para entrar no mercado formal da habitação, contribuindo para o processo de favelização nesses locais¹⁶.

As características que hoje tomam a cidade de São Gonçalo giram em torno de sua atividade econômica, que é formada por pequenas lojas de confecção, algumas poucas fábricas, predominando mesmo o setor comerciário. Tem-se com isso, a tomada de novas referências, como os *Shoppings Centers*, por exemplo, que se tornam a opção de área de lazer para a população que sofre com a falta de infraestrutura e de investimentos em outras alternativas de cultura e lazer.

A implementação do programa habitacional no município exigiu a elaboração de leis e de documentos até então inexistentes: o Plano Diretor é um deles¹⁷. O PMCMV em São Gonçalo tem como respaldo as leis nº 021/2011 e a 007/2010, que tratam em especial sobre a construção das habitações de interesse social.

A lei complementar nº 012/2011 estabelece algumas diretrizes para a implantação das habitações sociais¹⁸, na qual explicita que poderia ser feita em qualquer área disponível na cidade (com exceção das áreas de preservação permanente) na qual tenha a presença de, pelo menos, três equipamentos básicos que componham a infraestrutura urbana, como saneamento básico, abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica pública e domiciliar, e que seja servida de vias de circulação **pavimentadas ou não**. A mesma lei ainda define papéis, a exemplo do órgão de licenciamento e fiscalização urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, sendo responsável por “enquadrar” os empreendimentos habitacionais de acordo com a categoria e a faixa de renda, conforme explicitado no parágrafo 2º, Art. 1º.

A parte acima grifada é entendida como uma possível brecha. De forma a garantir que a prefeitura, posteriormente às construções, cuidaria dos equipamentos essenciais ao bom funcionamento da cidade. Entretanto, o Plano Diretor apenas “põe no papel” o que seria o ideal de cidade, mas a realidade – e aqui, a gonçalense, dada a sua história – é bem diferente.

Para a construção dos empreendimentos, foram reutilizados antigos espaços e/ou construídos em novos (em geral, distantes do centro, que são os lugares nos quais era

¹⁶ Mendonça (2007) denomina esses espaços de *friches*. Alguns desses espaços desativados são encontrados em “Niterói no bairro do Barreto e em São Gonçalo, dispersas pelos bairros de Neves, Porto Velho, Gradim, Porto Novo e Vila Lage” (ibid.,p.121).

¹⁷ Sobretudo por ser uma exigência, seu não cumprimento por parte do município implicaria o não recebimento de recursos federais para a implementação do Programa.

¹⁸ A referida lei entende, para fins de sua aplicação, como habitações de interesse social os “empreendimentos habitacionais de interesse social aqueles, expressamente reconhecidos pelo órgão de licenciamento e fiscalização urbana, como inseridos na política habitacional do Governo Federal, a eles sendo aplicadas, especificamente, as disposições desta Lei e, subsidiariamente, a Lei Complementar Nº. 007/2010 (Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de São Gonçalo)” (LC. Nº012/2011, p.01).

possível encontrar grandes terrenos ociosos), com a finalidade de atendimento às pessoas consideradas de faixa 1 ou para o realocamento das famílias atingidas por calamidade pública.

O bairro objeto desta pesquisa era contemplado pelas características acima referidas. O empreendimento do PMCMV mudou a localidade de maneira objetiva e, sobretudo, a subjetividade dos moradores que já conviviam com tantas questões a serem solucionadas e que apenas foram somadas às novas, trazidas pelas construções entregues a partir de 2011.

Houve, conforme percebido – e reafirmado através de entrevista – a intensificação de questões como o tráfico de substâncias ilegais, a não urbanização e dos demais serviços que deveriam acompanhá-la. Somente no bairro Jockey Club, 2.701 unidades habitacionais foram entregues. Considerando que cada família a ocupar uma unidade habitacional seja composta de quatro pessoas, o número populacional praticamente dobrou: de 11.068 habitantes em 2010 para 21.872¹⁹. Conforme quadro a seguir:

Nome	Endereço	Nº. Un.	Entregue
Bela Vida 1	Rua Jose Gomes Amado nº.80, Arsenal .	164	18/05/2012
Bela vida 2	Rua Jose Gomes Amado nº 160, Arsenal.	240	05/09/2013
Cozumel 1	Av. Contorno, área a1b, lote 01, Jockey.	240	09/12/2015
Cozumel 2	Av. Contorno, área a1b, lote 2, Jockey.	280	10/11/2015
Cozumel 3	Av. Contorno, área a1b, lote 3, Jockey.	200	05/09/2014
Parque dos Sabiás	Av. Contorno, área c1b1, Bairro Jockey	310	19/11/2014
Parque das Gaivotas	Av. Contorno, área c1b2, Jockey.	433	23/01/2015
Parque dos Bem-te-vis	Av. Contorno, Jockey.	499	14/04/2015
Parque das Araras	Av. Contorno, Jockey.	499	14/04/2015
Aruba	Av. Contorno, área a1a, lote 1, Jockey.	240	09/12/2015
Vista Alegre 1	Rua Pereira Sampaio, lote 1b, Guarani.	360	15/04/2014
Vista Alegre 2	Rua Pereira Sampaio, lote 1c, Guarani.	360	15/04/2014
Residencial Galo Branco	Rua Alzira Duque Estrada	300	01/03/2016
TOTAL UNIDADES ENTREGUES		4125	

Tabela 1: Habitações de Interesse Social entregues pela prefeitura e seus respectivos bairros. Em destaque estão as construídas em Jockey Club. Dados fornecidos pela prefeitura de São Gonçalo.

São famílias inteiras que necessitarão fazer uso de políticas sociais públicas através de seus equipamentos – que sempre foram ausentes no local²⁰ – de bens e serviços. Dados somente não bastariam, o movimento de ir até a população local (tanto novos quanto antigos) foi necessário e, através dele, possível perceber o quanto o capital move, inclusive

¹⁹ Dados adquiridos segundo o Censo do IBGE de 2010 à época da entrevista.

²⁰ À época da pesquisa, tal como atualmente, há no bairro duas Unidades de Saúde da Família (USF) e três escolas: um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), uma estadual e uma municipal.

as consciências. Morar é direito inerente a qualquer ser humano, mas, na sociedade capitalista, cabe indagar: a que custo isso se realiza?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições sobre as quais se realizou o direito à moradia, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, foram as mais controversas, considerando o bairro em que foi implementado e as questões que ali eram pertinentes há longa data.

Há de se considerar, inclusive, a história da formação social do país e o papel que algumas cidades desempenham em relação às outras na dinâmica capitalista. As mesmas, como é o caso de São Gonçalo, recebem grandes transformações, têm seus bairros afetados em nome da engrenagem capitalista e fatores, como a sua história, são desconsiderados. Assim, têm-se dois caminhos: melhorar ou degradar o que já está posto e, na ocasião, o último caso prevaleceu.

Usou-se de uma política pública a fim de manter a economia aquecida, sem pensar os impactos que pudessem ser produzidos. As entrevistas realizadas ao fim desta pesquisa demonstraram claramente o que foi exposto de maneira teórica e estatística. O capitalismo não muda objetivamente uma localidade somente, mas, sobretudo, a subjetividade de seus habitantes, expectativas e receios.

Antes, o solo que servia para atividades locais, tais como: campeonatos, corridas, enfim, o lazer do bairro, deu lugar às necessidades do capital – por isso, a “garantia de um direito em detrimento e outro”. Comprovou-se que, neste processo, o Estado tem função primordial: conservar a dinâmica da forma que está e o espaço urbano que é – literalmente – o chão no qual a vida e história acontecem, com suas lutas e resistências.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 1988.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. **Habitação De Interesse Social: Política Ou Mercado? Reflexos Sobre a Construção do Espaço Metropolitano**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR em maio de 2011. Rio de Janeiro.

FARAGE, Eblin Joseph. **Estado, Território e Cotidiano no Complexo de Favelas da Maré**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social: Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 38ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MENDONÇA. Adalton da Motta. Transformações **socioeconômicas no eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo**. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. Editora: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. MARX O CAPITAL, LIVRO 1

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ARTIGOS

AMORE, Caio Santo. “**Minha Casa Minha Vida para iniciantes**”. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

GEIGER. Pedro Pinchas. **Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara**. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XVIII: N°4 .Outubro de 1956.

RIBEIRO, Luiz César; SANTOS Jr., Orlando A. **Desafios da Questão Urbana**. In: Le Monde Diplomatique. Edição 45, abril de 2011.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia, nº54, junho de 1977. São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros.